

Ata de reunião do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 19 de junho de 2004, a partir das 9h40, na sede do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, à R. Marquês de Itu, 298. Lista de presença anexa, estando representadas as entidades: Cress SP, FDDCA-Osasco/SP, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Núcleo de pesquisa da Criança e do Adolescente-PUC/SP, CDMCA-São Paulo, Instituto Dom Bosco, Pastoral do Menor do Estado de São Paulo, Fórum Regional DCA de Santo Amaro, CROPH. 1) Inicialmente, após a apresentação dos participantes, Rone e Aurea fizeram breve relato das conferências regionais e estadual de Direitos Humanos, cuja temática foi a Implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos, destacando como aspectos positivos a grande mobilização, talvez pelo ineditismo de seu caráter deliberativo. Houve palestras relevantes, das entidades Conectas e Teotônio Vilela, ambos afirmando a necessidade de reestruturar em especial a Segurança Pública, o Sistema Prisional, as Políticas Militar e Civil. Reafirmaram um debate que tem sido colocado pelo DR Hélio Bicudo, que alerta para o cuidado da burocratização e a imposição à sociedade civil do aparelhamento governamental. Dos membros ativos do Fórum participarão dois delegados na Conferência Nacional, Rone indicado pelo MNMMR e Ademar, eleito pela região de São Bernardo do Campo. Como aspecto negativos foram mencionadas a grande segmentação da sociedade civil na hora de escolher seus representantes e o formato adotado para as discussões, que impunha a fixação a texto-base, o qual, incoerentemente foi alterado durante o processo das Conferências municipais/regionais. A Conferência Nacional acontecerá em 29 e 30 de junho e 01 e 02 de julho, em Brasília. 2) A seguir discutiu-se a inexistência em São Paulo da Defensoria Pública. O secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, teria enviado correspondência ao governador Alckimin cobrando a criação da Defensoria. Lembrou-se o empenho de muitos no passado, por essa causa, que sempre esbarrou em interesses espúreos. O debate foi enfático ao colocar a necessidade de uma posição firme da OAB, entidade que poderia dar um grande peso na mobilização. O movimento pela criação da Defensoria Pública fará um arrastão na Assembléia Legislativa, na terça-feira, 23 de junho e convocam a todos para a mobilização nesse dia, às 13h30, reunindo-se junto ao portão dos fundos da assembléia. Ao mesmo tempo deve-se aprofundar a discussão do tema, questionando-se entre outras coisas, o sistema prisional e a ausência da Vigilância Sanitária nos presídios. 3) O terceiro ponto de discussão seguiu-se à apresentação da matéria publicada na Revista da Educação, de maio de 2004, que traz entrevista de Antonio Gilberto, presidente do Sintraenfa, cujas afirmações provocaram uma sindicância da Corregedoria da FEBEM contra o mesmo. É posição geral que o Fórum não deve silenciar nessa questão e levantou-se que cabe questionar: se ao próprio Sr. Gilberto, que já ganhou espaço na mídia, se ao Sintraenfa, ou à CUT, à qual o sindicato está afiliado. Esta tem sido parceira do Fórum em diversos momentos e deve ser retomada a articulação, que era feita pelo João Trevisan. O tema foi também debatido no NCA da PUC, onde foi colocado que é necessário um olhar historicista desta questão, lembrando do massacre no Carandiru, pois tem elementos em comum: endurecimento e autoritarismo do Estado para controlar uma situação gerada pela própria forma governamental de gerir assuntos de grande relevância, sem escuta ao movimento social. Deve-se reafirmar o código de ética das categorias, mobilizando, assim, o CRESS, CRP, OAB, envolvendo também a APEOESP. Dentre outras questões, lembrou-se que a OAB tinha assento no Conselho da FEBEM, que até última notícia, estava ocupado pelo Dr Ariel. Ressaltou-se que este espaço é recusado pela sociedade civil por não ser democrático, não havendo nenhum poder decisório, mas funcionando como espaço de legitimação da cultura institucional. Críticas à falta de posicionamento da CUT gerou críticas igualmente à PUC, por um dos presentes, que relatou ter denunciado formalmente à Universidade em 2000 que havia no recinto da universidade "embalcos" regados a bebida e drogas coma presença de adolescente (documento apresentado, que ficara nos arquivos deste Fórum). Mencionou-se ainda a necessidade de retomar o contato com o Núcleo de Violência da USP, que já colaborou com o Feddca em outros momentos. Sugeriu-se um seminário com os Criadores do ECA e também o chamado a outras universidades. Ainda nessa questão, ponderou-se que não se pode generalizar as críticas à PUC e tampouco ao Sintraenfa, que possui associados de grande valor e seriedade (mas, no entanto, não se tem notícias de manifestação de repúdio contra esses desmandos, ate). Deliberou-se, assim, pela criação de um **Grupo de Trabalho** sobre o assunto, com os seguintes encaminhamentos: a) carta aberta à população; b) reunião com a CUT; c) discussão do Trabalho na FEBEM/organização do Seminário com o NCA e outros parceiros e d) ação na justiça contra o Sr. Gilberto com base nas declarações feitas à Revista de Educação. Componentes do GT: Valéria, Aurea, Roseli, Edson, Givanildo (manifestou interesse em contato com Áurea), podendo ser convidadas outros membros pelos atuais componentes. 3) **Proposta de atividade no dia 13/07** em comemoração aos 14 anos do ECA, que seria divulgada e partilhada pelo Fórum. As informações podem ser enviadas para o e-mail, para divulgação. **Já foi apresentado e acolhido pelas pastorais sociais, criança e adolescente, a proposta de badalar os sinos no dia 13 às 14h00, para sensibilizar as comunidades de todo o Estado.** O Fórum Permanente contra o Rebaixamento da Idade Penal, discutirá o assunto no dia 23/06, às 18 horas, no subsolo da Câmara, sala A ou B. Há proposta de uma festa, seminário e manifestação no Teatro Municipal. O assunto exige uma ação contra os "rebaixadores", cada vez em maior número, apesar de o projeto ter sido barrado na Comissão de Justiça e Paz por inconstitucionalidade, segundo Greenhalgh. Valéria disponibilizou-se a representar a Executiva do Fórum 4) Outro assunto em pauta foi a organização das Comissões do Fórum Estadual que, com seu coordenador e integrantes, ficaram como segue: **FORMAÇÃO:** Valéria, Roseli, Pâmela. **ARTICULAÇÃO:** Oberto, Marilu, Lila, Terezinha Helena. **FINANÇAS:** Célia, Francisca. **COMUNICAÇÃO:** Rone, Carlos Nambu, Edson Cabral. (observação da coordenação: as reuniões deverão, necessariamente, contar com a presença de, no mínimo, um representante da executiva, na pessoa do coordenador de cada comissão, garantindo-se a organicidade das ações). Propôs-se a ampla divulgação das deliberações das comissões e questionou-se a ausência de alguns membros da Executiva. Oberto justificou, por problemas de condução; Célia ausentou-se por motivo de trabalho e não houve contato de Francisco. Neste aspecto, retomou-se a necessidade de agilizar a elaboração do regimento interno do Fórum. As comissões estão abertas a novas participações e devem reunir-se ao menos quinzenalmente e levar as discussões/conclusões para a assembléia mensal. Sugeriu-se que a reunião mensal seja na parte da tarde, em seqüência à reunião das comissões, pela manhã. Sugeriu-se também socializar a ata para as entidades, que compõem o Fórum, e que as comissões subsidiem essas entidades com boletins formativos e informativos. Sugeriu-se também começar os trabalhos com uma análise de conjuntura, visando não haver dispersão na fala dos companheiros, o que dificulta aprofundamentos e encaminhamentos. Para as reuniões das comissões o Fórum deve aproveitar a infra-estrutura dos parceiros, estando já disponível o Sindpsi (sempre contatando antes a Valéria) e o Cress SP (devendo ser contactadas Áurea ou Edson). 5) A discussão da executiva ampliada e da descentralização das reuniões ficou adiada pela ausência de representantes do interior. 6) Informes gerais: a) Campanha Nacional pelo Direito à Educação: Áurea e Francisca estão acompanhando; o Fedca esteve na reunião com as organizações e o Comitê Paulista. Existem dois projetos para o Plano Estadual de Educação: um da sociedade civil e outro do governo. No Plano Estadual houve reserva de número de protocolo para que o projeto do governo, apresentado posteriormente ao da sociedade civil, constasse como primeiro. Assim, o projeto da sociedade civil foi apresentado como apenso ao do governo, que não aponta as fragilidades da política estadual e nem garante democratiza os espaços decisórios. Ressaltou-se a pouca atenção que o segmento Criança e Adolescente tem dado à Educação e a importância de participar dessa discussão. A campanha e os planos podem ser acessados no site: www.campanhaeducacao.org.br. (nota da coordenadora: por lapso de memória, esqueceu de informar que está com um CD da Campanha, onde constam os dois planos. Para solicitá-lo, envie e-mail a biblioteca@cress-sp.org.br) b) Dia Mundial de Apoio às Vítimas de Tortura: entidades promoverão evento na Praça da Sé, com apresentação grupos de música e dança e participação de 17 entidades. c) A Coordenação dos Movimentos Sociais se reúne no próximo dia 26/06 às 19 horas na APEOESP. d) Lançamento do Pró-Conselho Brasil para apoio aos conselhos e fóruns, proposta do CONANDA, TELEMIG e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Será enviada verba a cada Conselho/Fórum através do CONDECA. Deve-se acompanhar o desenrolar dessa campanha. Therezinha Helena representou o FEDDCA SP, único Fórum Estadual presente. A mesma lamentou que Lourdinha, também membro do Fórum municipal SP, embora estivesse envolvida e presente neste lançamento do Pro-Conselho, pela entidade onde trabalha/representa, não noticiou o evento para os militantes paulistas. Esta é uma questão de interesse de toda a sociedade e não devem ser restritas as informações. Therezinha entregou todo o material recebido para o acervo do Feddca, a fim de que seja divulgado. Por falta de arquivo do Feddca, fica com a executiva, podendo ser solicitada a qualquer tempo junto a mesma. E) Registrou-se a ausência do CONDEP das reuniões sobre o Rebaixamento da Idade Penal. O Fórum Permanente de Debates (CMDCA, Fórum Municipal, CUT e outras entidades) promoverão um dia na TV da Assembléia Legislativa, com debates e depoimentos. Pode-se contribuir com um Mural sobre a Caminhada do Fórum Estadual. Sobre a questão, a ACETESP continua com abaixo-assinado contra o Rebaixamento, para fazer frente aos 2 milhões de assinaturas coletados por Campos Machado e enviados ao Congresso. Há outros abaixo assinados circulando. Foi lembrado que 75% dos magistrados do Brasil são favoráveis ao rebaixamento (levantamento da ANDI).

A próxima reunião será no ITTC (Rua Marques de Itu, 298 – próximo ao metrô República), no dia 17 de julho, das 9h00 às 12h30.

O grupo encerrou a reunião às 13h25, que foi registrada nesta ata redigida por Maria Suzete Casellato, do Fórum DDCA-Osasco/SP e Pastora do Menor.

